

Vamos conversar sobre a Petros..

HISTÓRICO

Durante décadas, os gestores da Petros mascararam os déficits para fazer parecer que o plano era sustentável, utilizando premissas atuariais defasadas e até mesmo falsas e distorcendo o cálculo dos benefícios que o plano teria que pagar no futuro e reduzindo as contribuições que a Petrobrás e demais patrocinadoras deveriam fazer para o PP 1.



O problema se agravou após as mudanças na legislação previdenciária ocorridas em 1998, no governo FHC, através da Emenda Constitucional 20.

REPACTUAÇÃO

A repactuação prevista no AOR - Acordo de Obrigações Recíprocas garantiu que a Petrobrás e demais subsidiárias do PP-1 assumissem parte das dívidas cobradas pela FUP e seus Sindicatos na ACP - Ação Civil Pública que tramita desde 2001 na Justiça.



Além disso, o AOR garantiu:

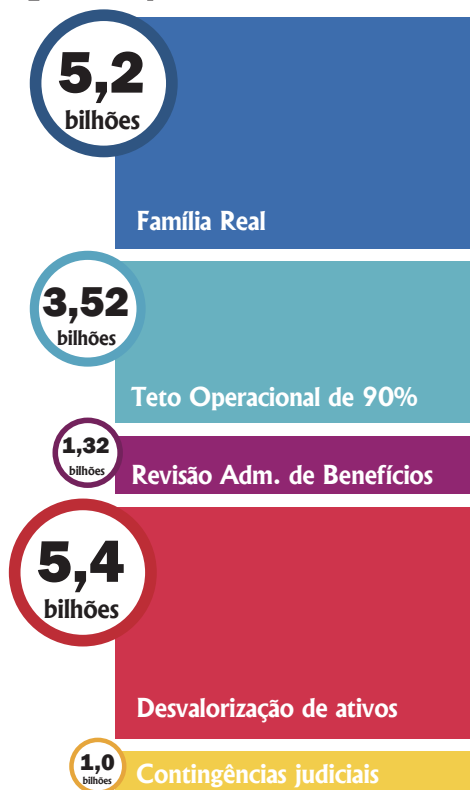
1. Reconhecimento de dívidas no valor atual de 11 bilhões aumentando o patrimônio do PP-1
2. Pagamento de juros de 6% a.a sobre esse montante
3. Aumento no custeio das patrocinadoras através do custeio paritário incluindo os assistidos
4. Implantação do PP-2 para os novos empregados

AÇÃO

A FUP foi a única entidade que se manifestou perante os órgãos regulamentadores, denunciando que o déficit do Plano Petros 1 não estava registrado contabilmente e ingressou com uma Ação Civil Pública na Justiça cobrando da Petrobrás e das demais patrocinadoras o pagamento das dívidas com o PP-1, devido a redução das contribuições que as patrocinadoras deveriam fazer para o plano.



..e tentar entender os principais motivos desse déficit, que é, acima de tudo, estrutural:



Família Real | a constituição de novas famílias por parte dos titulares, com cônjuges vários anos mais jovem e novos filhos, já gerou um impacto para o plano de R\$ 5,2 bilhões. Essas mudanças na composição familiar dos participantes e assistidos demandam cada vez mais recursos no plano para atender os novos beneficiários no futuro. Uma conta que todos pagam.

Retirada do Teto Operacional de 90% | a correção feita pela Petros beneficiou em torno de 9.500 participante e assistidos cuja média salarial era igual ou superior ao valor desse Teto Operacional. Essa correção impactou o passivo do plano em R\$ 3,52 bilhões

Revisão Administrativa de Benefícios | o acordo que garantiu aos aposentados e pensionistas a equiparação dos níveis conquistados pela ativa nos ACTs de 2004, 2005 e 2006 teve um impacto no PP-1 de R\$ 1,32 bilhões.

Desvalorização de ativos | alguns dos principais investimentos do PP-1 sofreram desvalorizações acentuadas em seus ativos neste período de crise econômica. FIP Sondas (Sete Brasil): perdas de R\$ 1,70 bilhão; Litel: perdas de R\$ 1,21 bilhão; Norte Energia: perdas de R\$ 1,16 bilhão; Invepar: perdas de R\$ 1,11 bilhão; FIP Multiner: perdas de R\$ 240 milhões, além da desvalorização dos Títulos Públicos Federais."

Contingências judiciais | as ações que os participantes e assistidos movem contra a Petros geram um passivo que impacta negativamente o patrimônio do plano. Só em 2016, as contingências judiciais foram elevadas em mais de R\$ 1 bilhão.

Por tudo isso a FUP defende:

1. Um processo negocial amplo, que se onerar os participantes e assistidos, seja o mínimo possível;
2. Um valor de equacionamento menor do que o proposto pela Petros;
3. A entrada de novos recursos no Plano; e
4. A cisão das massas entre repactuados e não repactuados.

Toda categoria que ingressou na empresa após o fechamento do PP1 e que hoje está no PP2, não pagará nada.

Uma conquista da FUP e Sindicatos.